

PROCESSO	- A.I. Nº 232888.0004/00-2
RECORRENTE	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO	- MANOLO CONFECÇÕES LTDA.
RECURSO	- REPRESENTAÇÃO DA PROFAZ
ORIGEM	- INFAZ BONOCO (INFAZ BROTAS)
INTERNET	- 09.05.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0148-12/02

EMENTA: ICMS. EXCLUSÃO PARCIAL DE DÉBITO. Representação proposta de acordo com o art. 119, II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterado pela Lei nº 7.438/99. Representação fundamentada no fato de que os valores corretos do débito são aqueles constantes da Denúncia Espontânea nº 43.491-4 e não do Auto de Infração. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi encaminhado para inscrição do débito na Dívida Ativa, após lavratura da revelia.

O PAF foi lavrado em 28.08.2000 para cobrança do ICMS referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.

Em informação fiscal datada de 24.03.2001, o autuante informa ter havido um equívoco com relação aos valores utilizados como base de cálculo, que o correto é o apresentado pela empresa, na DE à fl. 04 dos autos.

Em 18.04.2001, em resposta à solicitação da PROFAZ/CODAT, o autuante informa que a empresa se enquadra no regime fiscal SIMBAHIA, estando desobrigada da escrituração dos referidos livros.

A Procuradoria da Fazenda Estadual, com fundamento no art. 119, Inc. II do COTEB, alterado pela Lei nº 7.438/99, propõe que seja ratificado o valor de debito constante no novo Demonstrativo de Débito elaborado pelo autuante à fl. 02, alterando no Auto de Infração o débito correspondente ao pagamento do imposto no valor de R\$2.554,94 para R\$1.083,19.

VOTO

Após análise dos documentos que compõem o presente Auto de Infração, verifico que ficou comprovado e reconhecido pelo próprio autuante o equívoco com relação aos valores utilizados como base de calculo, reconhecendo estarem corretos os valores apresentados pela empresa na D.E conforme fl. 4 dos autos.

Demais disso, a empresa está enquadrada no regime fiscal do SIMBAHIA, estando desobrigada da escrituração dos livros fiscais.

Pelas razões apontadas, a Representação é ACOLHIDA, para alterar no Auto de Infração o debito correspondente ao pagamento do imposto no valor de R\$2.554,94 para R\$1.083,19.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de Abril de 2002.

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA - PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PROFZ